

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S. A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações de resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A

Terra Nova - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 12 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 12 de setembro de 2022 a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Companhia pré operacional

Conforme demonstrado na nota explicativa nº1, a Companhia está em fase inicial de seus negócios (pré-operacional) e todos os investimentos necessários para à implantação dos projetos de geração solar tem sido efetuado pelos acionistas controladores e/ou obtidos com operações de créditos com terceiros por meio de debêntures e/ou financiamentos. A recuperação dos investimentos realizados deverá ocorrer na medida em que se iniciar a comercialização da energia solar. A nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro

	Notas	2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1
Pagamentos antecipados	6	21
Total do ativo circulante		22
Pagamentos antecipados	6	49
Total do realizável a longo prazo		49
Imobilizado	7	788
Total do ativo não circulante		788
Total do ativo		859

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2022
 (Em milhares de Reais)

	Notas	2022
Passivos		
Fornecedores e outras contas pagar	8	38
Impostos a recolher		35
Partes relacionadas	9	776
Total do passivo circulante		849
Patrimônio líquido	10	
Capital social		10
Total do patrimônio líquido		10
Total do passivo e patrimônio líquido		859

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações de resultado
Período de 12 de setembro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>
Custos	-
Lucro bruto	<u>-</u>
Resultado líquido do período	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações de resultado abrangente
Período de 12 de setembro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>
Resultado do período	-
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente total do período	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Período de 12 de setembro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 12 de setembro de 2022		-	-	-
Aumento de capital em caixa	10	10	-	10
Saldo em 31 de dezembro de 2022		10	-	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Período de 12 de setembro a 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

		<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		<u>-</u>
Variações em:		
Pagamentos antecipados	6	(70)
Contas a pagar com partes relacionadas	9	26
Impostos a recolher		<u>35</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>(9)</u>
 Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		 <u>(9)</u>
 Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital de acionistas	10.1	10
 Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		 <u>10</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		1
 Demonstração da variação do caixa e equivalente de caixa:		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	<u>1</u>
Aumento de caixa e equivalente de caixa		1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A. ou “Companhia” ou “Luiz Gonzaga 3” constituída no dia 12 de setembro de 2022, na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na BR-232/316, Km 534, Zona Rural, Município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A”, localizada no município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia é uma controlada direta da Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia.

1.1 Projeto de geração de energia solar

A Canadian Solar Brasil Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia “FIP” participou do Leilão federal A-4 2022 via consórcio (Canadian FIP e Enercom) ao qual obtiveram êxito com o empreendimento de Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Conforme previsto no Edital do leilão, a Adjudicatária dessas Usinas o (consórcio FIP e Enercom) optaram por constituir Sociedade de Propósito Específico – SPE “Luiz Gonzaga 3”, para o qual a respectiva outorga será transferida (sendo que a conformidade da documentação das SPEs foi atestada pela SEL - Secretaria Especial de Leilões, mediante o Despacho nº 2.957, de 11 de outubro de 2022.

A expectativa da Companhia é que a emissão da retificação da outorga a ser publicada pela ANEEL ocorra até o início do segundo semestre de 2023.

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.	8869/2021	26/05/2021	35 anos	30

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCEAR (Mercado regulado)	8,5000	178,52	IPCA	01/01/2026 a 31/12/2040	Janeiro

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

1.3 Outras informações

Considerando o papel estratégico que a Companhia possui para o Grupo Canadian, que leva em consideração aspectos tais como a presença regional em um mercado relevante e potencial de crescimento de geração renovável no Brasil, a Companhia conta com o contínuo suporte financeiro da sua controladora final Canadian Solar Inc. o qual tem permitido e está comprometido a continuar permitindo a execução de seus planos de negócio. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

2. Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pela Diretoria em 10 de maio de 2023.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 11 – Instrumentos Financeiros - (principais premissas para divulgação dos instrumentos financeiros).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações estão descritas a seguir.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.3. Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas do Grupo que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.4. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

ii. Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A Companhia não realizou nenhuma baixa dos seus ativos imobilizados para os exercícios fins em 31 de dezembro de 2022 Fase pré-operacional.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos vide nota 1.1.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

A Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2022, despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento.

3.5. Provisão de desmobilização

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

Os custos de desmobilização de ativos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A Companhia não reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, pelo fato de as controladas estarem em fase pré-operacional. A Companhia possui como política contábil o reconhecimento da provisão de desmobilização no momento da entrada em operação e início da depreciação, pois, somente nessa data possui as informações necessárias para elaboração dessa estimativa contábil.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, a Companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros.

3.6.1. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.2. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.6.3. Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

a. Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia não possui contratos de arrendamentos na data-base de 31 de dezembro de 2022.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.6.4. Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 11.

a. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.6.5. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022

A Companhia avaliou os impactos e adotou a partir de 1º janeiro de 2022 das normas abaixo, concluindo que não houve impacto nas suas demonstrações financeiras.

- Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), decorrentes das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como:
- CPC25 - Contrato Oneroso – custos de cumprimentos de contrato;
- CPC 27 - Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido;
- IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura conceitual.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabíveis, quando entrarem em vigor.

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Devido esta norma está sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros

b. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

c. Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 11 - Contratos de seguro;
- CPC 23: Definição de estimativas contábeis (equivalente a revisão 20 do Comitê dos pronunciamentos contábeis);
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2022
Caixas e bancos	1
	<u>1</u>

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Pagamentos antecipados

	2022
Seguros	70
	70
Circulante	21
Não circulante	49

7. Imobilizado

	2022
Imobilizado	788
	788

O Imobilizado em andamento refere-se a valores incorridos para construção do parque fotovoltaico. As construções estão sendo realizadas na SPE Luiz Gonzaga 1 Energias Renováveis S.A, Zona Rural, Município de Terra Nova, Estado de Pernambuco.

A Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2022 despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas.

A Companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2022 não existiam indicativos de perda de valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

7.1. Movimentação do Imobilizado

Custo	Central Solar	Outros	Total
Em 12 de setembro de 2022	-	-	-
Adições	788	-	788
Em 31 de dezembro de 2022	788	-	788

8. Fornecedores e outras contas a pagar

	2022
Materiais e serviços (a)	38
	38

(a) Os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se a aquisições e às contratações necessárias para o processo de construção dos parques de energia fotovoltaica.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

	2022
Luiz Gonzaga 2 Energias Renováveis S.A. (a)	776
	776

(a) Referem-se a operações de conta corrente entre as empresas do Grupo.

9.1. Pessoal – chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares LTDA.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital subscrito e integralizado está representado por 10.000 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2022		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações – Multiestratégia	10	10	100%
	10	10	100%

Em 31 de dezembro de 2022 ocorreram os seguintes aportes de capital:

Data do aporte	Detalhes do aporte	Quantidade de ações em milhares	Valor
12/09/2022	Aporte de Capital	10	10
		10	10.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

11.1. Classificação dos instrumentos financeiros:

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

O Contas a receber de clientes, financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor e justo e por isso não estão sendo apresentados de forma segregada.

	Nota	2022 Contábil
Ativos financeiros		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1
Total		1
		2022 Contábil
Passivos financeiros		
Custo amortizável		
Fornecedores e outras contas a pagar	8	38
Contas a pagar com partes relacionadas	9	776
Total		814

11.2. Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Risco de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco cambial

A Companhia não está exposta a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. As moedas funcionais da Companhia são principalmente o Real (R\$) e o dólar (USD), a companhia não possui transações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2022.

c. Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	<u>Nota</u>	<u>2022</u> <u>Contábil</u>
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	5	1
Total		<u><u>1</u></u>

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Luiz Gonzaga 3 Energias Renováveis S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2022

	Valor contábil	Total	Fluxo de caixa contratuais		
			3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 2 anos
Fornecedores	38	38	38	-	-
	<u>38</u>	<u>38</u>	<u>38</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

12. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

12.1. Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2022 as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	<u>2022</u>
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Adições de ativo imobilizado não liquidadas no encerramento do exercício	788

13. Eventos subsequentes

A Companhia recebeu aporte de capital de seu acionista controlador para honrar seus compromissos contratuais.

Data do aporte: 20 março de 2023

Valor do aporte: R\$ 220